

O plano revelado

As Escrituras são a revelação sobrenatural e especial que o Eterno faz de si mesmo, tanto o Antigo Testamento quanto o Novo Testamento. Mas afinal, o que aprendemos a respeito do Eterno e de sua criação em sua Revelação? Qual é o plano de redenção que o Eterno mostra em sua Revelação?

Podemos dizer que nossos últimos encontros respondem de maneira ampla a primeira pergunta. As Escrituras revelam um Deus Trino, Criador e Sustentador, Pai, Filho, Espírito Santo. Amoroso, justo, compassivo, poderoso, Deus presente e transcendente. As Escrituras também revelam que fomos criados a imagem e semelhança do Eterno e para um relacionamento pessoal com Ele. Essa é a doutrina da Criação. A Revelação também nos diz que nossos primeiros pais deram as costas ao Criador em um ato de ingratidão e rebeldia. Essa é a Queda que nos mergulhou a todos em uma condição de desconexão do Eterno. No entanto, o Eterno decidiu não destruir o homem que havia criado mas redimi-lo e colocou então em ação seu plano de salvação.

Podemos dizer com tranquilidade que este é o tema das Sagradas Escrituras: o que o Eterno fez para conduzir sua criatura de volta para casa. Como afirma Wayne Grudem, “o resto das Escrituras após a narrativa da queda em Gênesis 3 é a história da ação de Deus na história para realizar o grande plano de redenção para os pecadores poderem entrar em comunhão com Ele”.¹ Olhando por esta perspectiva, as Escrituras são a revelação progressiva do plano de salvação do Eterno.² João Calvino afirma que a Revelação que Deus faz de si nas Escrituras se deu de maneira progressiva, de tal maneira que “quando a primeira promessa foi feita no princípio a Adão, ele apenas teve como que algumas centelhas para a sua iluminação. De lá para cá, pouco a pouco a luz foi crescendo e aumentando dia após dia, até que o Senhor Jesus Cristo, que é o Sol da justiça, fazendo desvanecer todas as nuvens, iluminou plenamente o mundo”.³ As Escrituras revelam o plano de salvação do Eterno para nós, pois de outra maneira, seria impossível conhecermos o plano de salvação e igualmente impossível abraçá-lo nós mesmos e também comunicá-lo a outras pessoas, como bem destaca Hodge.⁴

Pacto da Graça

As Escrituras nos revelam o primeiro pacto do Criador com sua criatura, o pacto das obras, feito com a humanidade por meio do cabeça e representante da raça, foi quebrado. O que fez o Criador após a quebra do pacto das obras? O Catecismo Maior de Westminster responde nos seguintes termos na pergunta de número 30: “Deixa Deus todo o gênero humano perecer no estado de pecado e miséria? Deus não deixa todos os homens perecer no estado de pecado e miséria, em que caíram pela violação do primeiro pacto comumente chamado o pacto das obras; mas, por puro amor e misericórdia livra os escolhidos desse estado e os introduz num estado de salvação pelo segundo pacto comumente chamado o pacto da graça”. Após a queda, o Eterno então preparou, celebrou e confirmou um novo pacto com o homem. Ao invés de simplesmente destruir o homem, Deus decidiu fazer um novo pacto com o homem, uma nova aliança, dessa vez não baseada na obediência do homem, mas em sua graça. Ou seja: Deus entrou em uma nova aliança com o homem, o pacto da graça. Hodge afirma que “o plano da salvação se apresenta sob a forma de um pacto”,⁵

Assim como no pacto das obras, vemos as partes do pacto: “as partes signatárias deste pacto da graça é Deus e as pessoas que ele iria redimir”.⁶ Contudo, há uma importante diferença, pois “neste caso Cristo cumpre um papel especial como “mediador” (Atos 8:6, 9:15, 12:24) em que nos encontramos pelas condições do pacto e, assim, nos reconcilia com Deus. (Não houve mediador entre Deus eo homem no pacto das obras)”.⁷ Por isso o Catecismo Maior de Westminster afirma de maneira clara em sua pergunta de número 31: “Com quem foi feito o pacto da graça? O pacto da graça foi feito com Cristo, como o segundo Adão, e nEle, com todos os eleitos, como sua semente”. A Confissão de Fé de Westminster afirma: “Tendo-se o homem tornado, pela sua queda, incapaz de ter vida por meio deste pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; neste pacto da graça ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação através de Jesus Cristo,

¹ GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática* – Edição Especial. São Paulo: Vida Nova, 2011, p.821

² HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001, p.717

³ CALVINO, João. *As Institutas* – Vol. III (Edição Especial para Estudo e Pesquisa). São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p.22

⁴ HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001, p.718

⁵ HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001, p.747

⁶ GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática* – Edição Especial. São Paulo: Vida Nova, 2011, p.821

⁷ GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática* – Edição Especial. São Paulo: Vida Nova, 2011, p.821

exigindo deles a fé, para que sejam salvos, e prometendo o seu Santo Espírito a todos os que estão ordenados para a vida, afim de dispô-los e habilitá-los a crer” (CFW, Cap. 7, Par. 3)

E como podemos nos tornar participantes deste pacto? Grudem afirma que “a condição (ou exigência) para a participação na aliança é a fé na obra redentora de Cristo (Romanos 1:17; et al.). Esta exigência da fé na obra redentora de Cristo foi também a condição para as bênçãos da aliança do Antigo Testamento, como Paulo claramente demonstrado pelos exemplos de Abraão e Davi (Rm 4:1-15). Eles, como outros crentes do Antigo Testamento, alcançado a salvação ansioso para a obra do Messias havia de vir e colocar sua fé nele”.⁸ A respeito do fato de o pacto com os eleitos ser um tanto para o AT quanto para o NT, a Confissão de Fé de Westminster reitera: “Este pacto, no tempo da Lei, não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei, foi administrado por meio de promessas, profecias, sacrifícios, da circuncisão, do cordeiro pascoal e de outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, tudo prefigurando Cristo que havia de vir. Por aquele tempo, essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a salvação eterna; este se chama o Velho Testamento”(CFW, Cap. 7, Par. 5).

O pacto da graça “é conhecido como ‘pacto da graça’, porque é completamente baseada na ‘graça’ de Deus ou a favor imerecido àqueles que redime”.⁹ Hodge afirma que “fato decisivo é que a salvação é de graça [...] Nada sobre o plano da salvação é mais claramente revelado, e sobre nada se insiste de maneira tão intensa do que sobre sua gratuidade, do começo ao fim”.¹⁰

Um Redentor

O desenrolar da revelação na história de salvação vai nos mostrando de forma cada vez mais clara esse Pacto da Graça. O marco inicial se dá quando o Eterno chama Abraão para caminhar pela fé, faz com ele um pacto e promete por meio dele levantar uma nação que seria de propriedade exclusiva do Eterno. Após o período dos patriarcas, o Eterno se revela como o libertador de Israel e, por meio de Moisés, celebra uma aliança com Israel no Sinai. O desdobramento desse pacto do Eterno com Israel é o tema de todo o Antigo Testamento. Indo deste a tomada da terra com Josué, passando pelo período dos juízes e depois dos reis, a grande questão que o AT coloca diante de nossos olhos é a incapacidade de Israel de viver de acordo com a vontade de Deus. Ou seja, assim com os primeiros pais, os israelitas se mostram incapazes de viver em uma aliança com o Eterno, o que vai culminar no exílio de Israel e de Judá. Essa história, que aparentemente seria o fracasso do plano de salvação do Eterno, na verdade revela de maneira plena os intentos salvadores de Deus.

Podemos destacar três elementos por meio dos quais discernimos o plano de salvação do Eterno no AT. Primeiro, o Eterno concedeu um sistema de sacrifícios que foi revelado no Sinai a Moisés que apontava para a necessidade de que o pecador fosse perdoado pela morte de um mediador. Neste sentido o sistema sacrificial era um método pedagógico, que ensinava sobre a necessidade de mediação. Segundo, a dinastia davídica da qual o Eterno prometeu levantar um Rei cujo reinado fosse eterno e perfeito. Os reis humanos nunca alcançaram essa perfeição e a degradação progressiva dos herdeiros de Davi aumentavam a expectativa de quem seria esse Rei esperado. Terceiro, a cada geração se tornava mais clara a promessa de que o Eterno enviaria um mensageiro especial, o Servo do Senhor, o Messias. Isaías, em especial, descreve esse enviado especial como alguém que traria a salvação do Eterno, concretizando seus planos de redenção para o homem.

Estes elementos se combinam de maneira poderosa e perfeita em uma esperança messiânica. Afinal, a falha de Israel em viver de acordo com a vontade de Deus revela o fato de que a Lei não foi dada como meio de salvação, mas para tornar os israelitas (e nós também) conscientes da necessidade de um Salvador (Gl 3.24,35). Um Salvador que pudesse levar sobre si nossos pecados como os animais que eram sacrificados no templo. Um Salvador que pudesse interceder diante de Deus pelo perdão de nosso pecados como nosso Sumo-Sacerdote. Um Salvador que estabelecesse seu reinado de justiça e paz sobre toda a terra. Um Salvador que seria o Messias, o enviado de Deus para curar e libertar.

Deus foi revelando ao longo das eras que seu plano se concentrava não em um método de salvação, um tipo correto de religião ou uma série de práticas sagradas, rituais sagrados ou lugares sagrados que trariam salvação. Não. Deus revelou que a redenção viria por meio de uma pessoa, viria por meio de um Redentor. Dessa maneira, o AT nos prepara por meio da esperança messiânica para a vinda do Redentor, e o NT testemunha o cumprimento dessa esperança por meio da proclamação dos apóstolos no Evangelho de Jesus Cristo.

⁸ GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática* – Edição Especial. São Paulo: Vida Nova, 2011, p.822

⁹ GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática* – Edição Especial. São Paulo: Vida Nova, 2011, p.823

¹⁰ HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Hagnos, 2001, p. 739